

CONJUNTURA

# Um novo capítulo na história do Brasil?

TATIANA BERRINGER

Professora do BCH e do BRI. Diretora da ADUFABC

A soltura de Lula foi a primeira grande vitória das forças democráticas e de esquerda desde 2015 quando o processo de impeachment contra a presidenta Dilma foi aberto. O ato deflagra a antecipação da prisão e seu caráter político. Ao não esperar transcorrer todos os atos de defesa e de julgamento, ficou evidente que prenderam na verdade o principal candidato da oposição ao atual governo nas eleições de 2018.

Lula disse no seu discurso no sindicato dos metalúrgicos no dia 09 de novembro que pretende lutar pelo futuro do país, sem ódio. Disse também que reconhece a eleição de Jair Bolsonaro e não pretende contestá-la. Definiu-se então um ponto de partida da luta pela democracia no Brasil.

O movimento neofascista que saiu às ruas pela primeira vez em junho de 2013, se articulou com os interesses imperialistas e as frações de classe mais dependentes e associadas a ele. É um movimento de massas enraizado em setores da alta classe média brasileira. Além da defesa do neoliberalismo 2.0 no país que tem por objetivo

aprovar as reformas contra os direitos dos trabalhadores (reforma trabalhista, reforma da previdência e reforma administrativa), defender a privatização das principais empresas estatais e vender os recursos naturais para fazer o caixa crescer, há uma forte reorientação da política externa brasileira que coloca o Estado brasileiro na posição de subordinação passiva explícita ao imperialismo. Isso fica evidente não apenas no alinhamento com os Estados Unidos e o Estado de Israel quando se retiraram do acordo do clima e do Pacto de migrações, votaram contra Cuba na ONU, etc. mas na aprovação da cessão da base de Alcântara no Maranhão, na aprovação do acordo Mercosul-União Europeia, e tantas outras ações.

A rapidez da aprovação das reformas e as mudanças na política externa deflagram como apesar de haver divisões entre a ala militar o governo, há uma unidade sob o neoliberalismo 2.0 e na política externa.

O que cabe aos setores democráticos e populares? Em primeiro lugar, unidade. Em segundo, estratégia e tática: projeto. Em terceiro, recuperar a

capacidade de formação e organização popular.

O que cabe ao movimento docente? A Universidade foi duramente atacada, primeiro ideologicamente. O movimento neofascista se coloca na defesa da fé, da família e de Deus. Por isso, identifica a ciência e a educação como inimigas. Defendem a volta da educação em casa ou educação à distância. Em segundo plano, as Universidades sofreram com os cortes de recursos. A redução do orçamento já aponta dificuldade para pagar as contas básicas, diminuição de bolsas e de financiamento para a pesquisa. Nos próximos anos isso vai paralisar a expansão e levará à elitização da Universidade Pública brasileira. Agora, teremos de enfrentar a reforma administrativa, que deverá ser votada no começo de 2020. Com ela o governo propõe redução de salário e jornadas. É uma medida inconstitucional. Mas o Estado democrático de direito não é a defesa do movimento e nem do governo atual. Por isso, temos de seguir lutando pela democracia, pela ciência, pela educação, pela soberania, pela igualdade (de classe, raça e gênero).

**ASSEMBLEIA DOCENTE**

**3** de DEZEMBRO  
Terça, 17h

Auditório 002 Bloco Beta  
São Bernardo do Campo

**Pauta:**

**Conjuntura geral e posicionamento das/os docentes:** pacote econômico do governo (reforma da previdência, reforma administrativa, PEC da emergência fiscal) à luz do cenário político nacional e internacional  
**Plano de trabalho da ADUFABC para os últimos seis meses de mandato:** balanço da gestão, campanha de filiação, II Virada científico-cultural e outros temas.  
**Congresso ANDES:** debate geral e eleição de delegadas/os

# Sobre a “reforma” da previdência

LARA LORENA FERREIRA  
Assessoria jurídica ADUFABC

**A**ntes mesmo de assumir o poder, Jair Bolsonaro e sua equipe já declaravam que a reforma da Previdência seria prioridade do novo governo. Não é novidade para ninguém que o Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, se inspirou no modelo chileno de privatização da Previdência para a proposta da atual reforma, baseado na capitalização individual, sem contribuição do empregador ou do Estado. Dito isso, não é preciso maiores comentários, modelo esse que acaba de ruir aos olhos do mundo diante do tamanho retrocesso social que representa.

O modelo de capitalização não foi aprovado, mas deixou a Constituição Federal com o arcabouço necessário para que possa ser aprovada num segundo momento, com a desconstitucionalização dos princípios previdenciários.

No texto aprovado estão mudanças cruéis que reduzem o valor dos benefícios previdenciários, retarda o início da aposentadoria e restringe o alcance da assistência social.

As mudanças passam a valer a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

Servidores públicos federais

**Os servidores públicos que ingressarem no serviço público federal APÓS 01.01.2020** terão que cumprir cumulativamente a idade mínima de 65 anos de idade para os homens; e 62 anos de idade para mulher; 25 anos de tempo de contribuição; 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo. O cálculo dos proventos também sofrerá diminuição, para 60% da média dos salários de contribuição +2% por ano que exceder 20 anos de tempo de contribuição. Isso para alcançar o teto do RGPS (teto do INSS hoje é de R\$ 5839,45).

2 Ou seja, para alcançar a totalidade

do benefício (100%), homens e mulheres terão que cumprir 40 anos de tempo de contribuição! Mais uma vez a mulher sai como a grande derrotada dessa emenda constitucional, perdendo sua conquista histórica, a suportar o ônus social dessa alteração constitucional.

Há ainda três regras de transição, para aqueles que já estavam no serviço público federal antes da promulgação da emenda:

1 – Regra de pontos, que ainda permite o direito à paridade e integralidade, desde que o servidor seja ingressante até 31/12/2003 e tenha alcançado 65/62 anos de idade, se homem e mulher, respectivamente, além de:

Mulheres

- 30 anos de tempo de contribuição
- 56 anos de idade mínima
- 20 anos de serviço público
- 5 anos no cargo
- 86 pontos (idade + tempo de contribuição)

Homens

- 35 anos de tempo de contribuição
- 61 anos de idade mínima
- 20 anos serviço público
- 5 anos cargo
- 96 pontos (idade + tempo de contribuição)

2. Regra do pedágio, também permite o direito à paridade e integralidade, desde que o servidor também seja ingressante até 31/12/2003 e tenha alcançado 65/62 anos de idade se homem e mulher, respectivamente, além de:

Mulheres

- 30 TC
- 57 anos de idade
- 20 anos serviço público
- 5 anos cargo

• Pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição mínimo faltante na data de entrada em no momento da promulgação da Emenda)

**Homens**

- 35 anos de tempo de contribuição
- 60 anos de idade
- 20 anos de serviço público
- 5 anos cargo
- Pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição mínimo faltante na data de entrada em no momento da promulgação da Emenda)

3. Para o servidor que ingressar até futura lei - artigo 10 da EC 103/2019. Nesse caso o cálculo de proventos será de 100% da média e sem paridade

- 65 anos de idade, se homem,
- 62 anos de idade, se mulher;
- 25 anos de tempo de contribuição
- 10 anos de serviço público
- 5 anos no cargo

Outra mudança significativa é o aumento da contribuição previdenciária. O texto determina o aumento imediato das alíquotas de contribuição aos Regimes Próprios da União, dos estados e dos municípios, tanto para os servidores ativos, quanto para os inativos (neste caso, a incidir sobre a parcela do benefício superior ao teto do RGPS).

No caso do Regime Próprio de Previdência Social da União, a Emenda Constitucional estabelece alíquotas de contribuição escalonadas por faixa de remuneração, que variam de 7,5% - para a faixa de até um salário mínimo - até 22% - para a faixa que superar R\$ 39.000,00.

# As finanças da ADUFABC

**VALÉRIA LOPES RIBEIRO**  
*Tesoureira-geral ADUFABC*

**A**pós um esforço por parte da Diretoria da ADUFABC em ampliar seus filiados e buscar novas formas de pagamento da mensalidade, observamos uma melhora importante com relação ao número de filiados e quanto ao fluxo de arrecadação, comparativamente ao início de nossa gestão em Agosto de 2018.

Em Outubro de 2019 registrou-se um total de 84 professores filiados pagantes, sendo que destes 71 optaram pelo pagamento via PagSeguro e outros 13 optaram por outros tipos de pagamentos. Como é de conhecimento geral, esse total de filiados paga, cada um, um valor específico de acordo com sua situação funcional. A Tabela abaixo apresenta a situação financeira da Associação Docente da UFABC em Novembro de 2019.

Devido à abertura da opção de pagamento via PagSeguro, a AD tem agora duas contas bancárias. Como se

vê na Tabela, na Conta da Caixa Econômica Federal registrou-se um saldo de R\$ 8.000,96 em 13/11. Já na conta PagSeguro registrou-se um saldo total de R\$ 11.463. Assim, somadas as duas contas, a AD possui um saldo de R\$ 19.472,00 na data de 13/11. Esse é o valor líquido obtido após os pagamentos mensais correntes, como advocacia, contabilidade (meses outubro e novembro), repasse do Andes e pagamento de dívida com Andes.

Em média, entre Julho de 2019 a Outubro de 2019, depois da adoção da modalidade de pagamento via PagSeguro, tivemos uma média de arrecadação de cerca de R\$ 9.879,00 mensais.

Com relação às dívidas, originada a partir de gestões anteriores, informamos que existem duas: a dívida com o Andes e a dívida com o escritório de Advocacia. Com relação ao Andes existe uma dívida que soma um total de R\$ 14.766,37. O pagamento desse

valor foi negociado da seguinte forma: Pagou-se um sinal de R\$4.429,91 mais 48 parcelas mensais no valor de R\$215,34.

A renegociação da dívida com o Andes fez com que a AD retomasse o repasse obrigatório para esse sindicato nacional. Assim, parte de nossa arrecadação é direcionada ao pagamento ao Andes, Sindicato Nacional. O repasse é de 20% do total arrecadado mensalmente, mais um Fundo Único que incide (2%) sobre o restante do total arrecadado. Em Outubro, por exemplo, do total de R\$ 9.541 arrecadados, R\$ 1.908,35 foi repassado ao Andes, mais o Fundo Único de R\$ 152,67.

Além da dívida com o Andes, existe uma dívida com o escritório de advocacia, também herdada das gestões anteriores, que soma R\$ 30.000. O pagamento desta dívida também está sendo negociado.

## CONTA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ATIVO	
Saldo em conta (13/11)	8.008,96
TOTAL	8.008,96
SALDO DISPONÍVEL (A)	8.008,96

## CONTA PAGSEGURO

ATIVO	
Saldo em conta (13/11)	11.463,09
SALDO DISPONÍVEL (B)	11.463,09
<b>SALDO TOTAL</b> <b>(CONTA CAIXA (A) + PAYPAL (B))</b>	<b>19.472,05</b>

PASSIVO	
Pagamentos já efetuados em Novembro:	
Advogada	2.564,00
Contabilidade (meses outubro e novembro)	1.034,88
Gastos Virada	
Lanche coletivo	290,00
Camisetas	300,00
Tenda- Santo André	1.500,00
Repasse Andes	1.908,35
Repasse Andes - Fundo Único	152,67

## DEBITOS A PAGAR ANTERIORES À GESTÃO

Dívida advogada	30.000,00
Dívida Andes (total)	14.766,37



# Ela veio pra ficar

*I Virada Científico-Cultural desvela uma nova e imprescindível vocação da UFABC, a de vir a ser um equipamento de referência para a vida cultural das cidades do ABC*

**ARMANDO CAPUTI**

*vice presidente da ADUFABC*



**A**tendendo a uma demanda de longa data de nossos docentes para que fossem implementadas formas alternativas de defesa da universidade pública e de sua comunidade, a ADUFABC promoveu nos dias 19 e 20 de outubro, em parceria com SintUFABC e DCE e com apoio da Reitoria, a I Virada Científico-Cultural da UFABC. Ao se propor apresentar à comunidade local os nossos espaços de trabalho, nossas práticas, o conhecimento que aqui produzimos - como contraponto aos ataques e à campanha destrutiva que o governo federal tem feito contra as IFES - a Virada foi além da ação política e mostrou que há, na vida cultural das cidades da região, um espaço “ocioso” que espera por nós para ser ocupado. Um espaço de promoção e produção de conteúdo e entretenimento, fortemente centrados no conhecimento, na ciência e nas artes.

Antes de discorrer sobre nossa avaliação do evento, esse é o ponto desvelado pela Virada e ao qual queremos dar destaque: a UFABC deve ocupar esse espaço como um verdadeiro equipamento científico-cultural da(s) cidade(s). Para além da extensão universitária - importantíssima, mas prioritariamente unidirecional - deve integrar-se ao território numa relação de maior pertencimento, em duas (ou múltiplas) vias, como espaço de vivências culturais e artísticas que se apro-

pria e é apropriado pela vida cidadina.

Aqui talvez seja importante destacar a diferença entre esse tipo de evento e ações extensionistas usuais, tipicamente o UFABC Para Todos (por ser o que mais parece se assemelhar à Virada). Este último é um evento de natureza estritamente acadêmica, em que nossos cursos de graduação são apresentados aos estudantes do ensino médio e seus familiares com o propósito de mostrar-lhes o que esperar caso optem por ingressar na UFABC. O foco, portanto, é a universidade pensada especificamente como espaço de formação em nível de graduação e, em menor medida, pós-graduação. A Virada, por outro lado, dialoga com a sociedade em uma perspectiva que coloca em seu centro a própria cidade e sua vida cultural, dentro da qual a UFABC se insere como um equipamento único e raro. Único, pela natureza de suas atividades, e raro, pelo enorme potencial que tem em promover a cultura científica e artística.

Desse modo, a Virada nos propõe esse desafio, para o qual será necessário que a UFABC, institucionalmente, estabeleça uma política cultural compatível com uma perspectiva mais ampla de integração sócio-cultural com a região e suas cidades. Esse é, na nossa visão, o principal aprendizado da I Virada Científico-Cultural da UFABC.

Sobre o evento propriamente dito, este contou, como esperado, com pequena (mas intensa) participação do público externo e, como desejado, com grande participação da comunidade interna (com destaque para os docen-



tes) na proposição de atividades dos mais variados tipos. A baixa presença de público era esperada, apesar da divulgação em quase todas as escolas da região, pois o envolvimento e a mobilização das pessoas em torno de eventos dessa natureza é algo a ser construído ao longo do tempo, a partir de uma política explicitamente voltada a esse objetivo, suportada por uma forte estratégia de comunicação. Mas avaliamos que foi acertada a decisão de realizar a I Virada, mesmo tendo essa perspectiva de baixo público, pois, além de dar contornos concretos a uma ideia de grande potencial, a realização da Virada nos permitiu identificar os principais desafios e dificuldades, os gargalos, as lacunas, ideias que deram certo, tentativas que deram errado, enfim, nos ofereceu um inestimável aprendizado para as futuras edições desse evento.

Se, por um lado, era esperada uma presença modesta de público, por outro, o grau de envolvimento da comunidade interna era uma incógnita, e o resultado, em nossa avaliação, foi excelente. Quem teve acesso à programação dos dois dias da Virada pode constatar a quantidade e variedade das atividades propostas, evidenciando assim, ao mesmo tempo, o desejo latente de participação e engajamento por parte de docentes, técnicos e estudantes, bem como o enorme potencial que temos em produzir entretenimento de



qualidade, com um viés marcadamente científico-cultural.

Falando especificamente dos docentes, além de seu grande envolvimento, a Virada mostrou quão pouco conhecemos a respeito das atividades de nossos colegas. É natural que pessoas de fora da universidade se maravilhem ao visitar um laboratório ou visualizar experimentos, mas esse sentimento tomou também docentes que participaram da Virada e acabaram por descobrir aquilo que lhes estava escondido logo ali, às vezes separados por poucos centímetros de parede. Assim, além de evidenciar a necessidade (e o potencial) de estabelecer um novo diálogo da universidade com o entorno, com as cidades, a Virada apontou para a necessidade (e, de novo, o potencial) de reforçar o diálogo entre os próprios docentes, a socialização e o compartilhamento de nossas atividades.

Concluimos apontando para o futu-

ro. Novas edições da Virada devem e irão ocorrer, a começar pela II Virada, a se realizar em 2020. Para isso, precisaremos estabelecer uma colaboração ainda mais forte entre as entidades e a Reitoria. Será preciso assumir o desafio de nos colocarmos de outra maneira, inclusive institucionalmente, com medidas como a abertura da universidade aos finais de semana, oferecendo serviços como RU e fretados, só para dar alguns exemplos. No que se refere aos preparativos, será necessário construir uma agenda permanente de mini-eventos que cumpram o papel de promoção e divulgação da Virada, envolvendo também atores externos que ajudem na publicização do evento. Diante disso, convidamos a todas e todos a assumirmos coletivamente o desafio de construir a II Virada Científico-Cultural da UFABC, ocupando assim mais uma pequena porção desse espaço cultural que a(s) cidade(s) nos reivindica a lhe oferecer.

#### EXPEDIENTE

**INFO** - publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC. Seção Sindical do ANDES - SN. Diretoria: Presidenta: Maria Caraméz Carlotto; Vice-presidente: Armando Caputi; Secretária geral: Tatiana Berringer de Assumpção; Primeiro-secretário: Ramatis Jacino; Tesoureira-geral: Valéria Lopes Ribeiro; Primeiro tesoureiro: Victor Ximenes Marques; Diretor de Imprensa, Comunicação e Cultura: Valter Ventura da Rocha Pomar; Diretor de Relações Sindicais, Jurídicas e Defesa Profissional: Gilson Lameira de Lima; Diretor Regional de Santo André: Francisco de Assis Comaru. Diagramação e arte: Emilio Font - Contatos: adufabc.ssind@gmail.com Endereço: UFABC - Campus Santo André . Av. dos Estados, 5001, Bloco B, 11º andar - Bairro Santa Terezinha. Santo André - SP - Brasil . CEP 09210-580